

“QUEM APRENDE A ESCREVER, CONHECE O PESO DA CANETA”: ANÁLISES CURRICULARES CRÍTICAS E PROPOSIÇÕES INSURGENTES NO IFPR

Paloma Virgens Santiago

INTRODUÇÃO: Esta pesquisa investiga como os documentos oficiais curriculares dos campi Paranavaí e Paranaguá do Instituto Federal do Paraná evidenciam, ou não, uma educação voltada para as relações étnico-raciais no ensino de língua inglesa. Este trabalho parte das minhas experiências pessoais, acadêmicas e profissionais como mulher negra, docente e pesquisadora, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas antirracistas e de currículos comprometidos com a valorização das identidades negras. Justifica-se pela importância de analisar criticamente a implementação das políticas afirmativas e da Lei 10.639/03 nesses espaços institucionais, considerando a carência de estudos específicos sobre a abordagem das relações étnico-raciais no currículo de língua inglesa no IFPR. O estudo busca compreender de que maneira tais documentos curriculares apresentam ou silenciam questões étnico-raciais, propondo estratégias metodológicas insurgentes para superar essas lacunas. Como objetivo geral, pretende analisar essas diretrizes institucionais e propor encaminhamentos pedagógicos decoloniais, antirracistas e afroreferenciados. Entre os objetivos específicos estão a identificação de políticas afirmativas, a análise dos planos de ensino de língua inglesa, a comparação entre os campi pesquisados e a formulação de propostas curriculares que valorizem corpos, saberes e territórios negros. Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na análise documental e em referenciais teóricos sobre currículo, escrevivência, decolonialidade e educação para as relações étnico-raciais.

METODOLOGIA: A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de caráter exploratório, fundamentado na análise documental dos documentos oficiais curriculares dos campi Paranavaí e Paranaguá do Instituto Federal do Paraná. Como base metodológica, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin, organizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos dados. Inicialmente, foram selecionados documentos institucionais públicos, como Projetos Político-Pedagógicos (PPP) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), além de planos de ensino de língua inglesa referentes ao ano de 2023. Para acessar os planos de ensino não disponíveis publicamente, foi realizada solicitação formal às gestões dos campi. O recorte concentrou-se nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e nas séries em que a disciplina de língua inglesa compunha o núcleo comum obrigatório. Na fase de exploração e tratamento dos dados, foram elaboradas duas fichas de análise específicas: uma voltada à investigação de políticas afirmativas, presença da Lei 10.639/03, atuação de núcleos institucionais e articulação curricular nos PPPs e PPCs; e outra destinada à análise dos planos de ensino, considerando objetivos, metodologias, referências bibliográficas e abordagens das relações étnico-raciais. A interpretação dos dados foi organizada em categorias analíticas que permitiram identificar a incorporação de políticas

de cotas, ausências ou silenciamentos relacionados às legislações étnico-raciais e possíveis desalinhamentos entre as diretrizes curriculares nacionais e as práticas pedagógicas observadas. Esse percurso metodológico possibilitou uma análise crítica sobre a presença, ou ausência, de uma perspectiva antirracista na organização curricular do ensino de língua inglesa nos campi investigados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os resultados da pesquisa foram organizados a partir das etapas da análise de conteúdo de Bardin, envolvendo a sistematização dos dados coletados nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e planos de ensino de Língua Inglesa dos campi investigados. A análise foi estruturada em três categorias principais: incorporação das políticas afirmativas, presença ou silenciamento das Leis 10.639/03 e 11.645/08, e alinhamento entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e os planos de ensino. Os dados revelaram que, embora o IFPR apresente políticas de acesso por meio da política de cotas e algumas ações de assistência estudantil, essas iniciativas permanecem concentradas majoritariamente no ingresso e na permanência material dos estudantes, sem articulação consistente com práticas curriculares antirracistas. Observou-se ainda ausência de estruturas institucionais robustas, como diretorias específicas de políticas afirmativas, além de uma atuação limitada dos núcleos como o NEABI, frequentemente restritos a ações extensionistas e culturais.

A discussão dos resultados evidencia que os documentos curriculares analisados apresentam significativa superficialidade ou silenciamento em relação às legislações étnico-raciais, especialmente no ensino de língua inglesa, onde predominam abordagens instrumentais, técnicas e eurocentradas. Mesmo quando há menções pontuais à diversidade, estas não se traduzem em práticas pedagógicas estruturadas, referências bibliográficas decoloniais ou integração efetiva das relações étnico-raciais ao currículo. Esse desalinhamento reforça a permanência de um currículo fragmentado, colonial e epistemicamente excludente, distante das exigências legais e das perspectivas críticas defendidas por autoras como Nilma Lino Gomes, Aparecida Ferreira e Joelma Santos. Até o momento, a pesquisa demonstra a necessidade urgente de reformulação curricular insurgente, que ultrapasse o campo assistencialista e promova efetivamente uma educação antirracista, afrorreferenciada e comprometida com justiça social, identitária e epistêmica.

Palavras-chave: Currículo; Relações étnico-raciais; Educação profissional; Ensino de língua inglesa; Escrivência.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977 .

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para

incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

GOMES, Nilma Lino. **O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas**. Revista de filosofia Aurora, v. 33, n. 59, p. 435-454, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação**. Superando o racismo na escola, v. 2, p. 143-154, 2005.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores**. Planeta, 2023.

SANTOS, Joelma Silva et al. **Black matters matter: uma bússola apontando para a raça a bordo da nau'formação de professores/as de inglês'**. UFBA, 2021.